



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência

ANEXO I do Edital

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

1.1.1. O objeto deste Termo de Referência é a formação de Ata de Registro de Preços (ARP) para futura e eventual aquisição de licenças de software Microsoft por volume, visando a manutenção e modernização da infraestrutura de servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS).

1.1.2. A contratação compreende a aquisição de licenças perpétuas para os sistemas operacionais Microsoft Windows Server, licenças de acesso de cliente (UserCALs e RCALs) e para o sistema de gerenciamento de banco de dados Microsoft SQL Server. Para o SQL Server (Itens 4 e 5), a contratação inclui o serviço de **Software Assurance (SA)** pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

1.1.3. Observações Gerais sobre o Objeto

1.1.3.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no Sistema de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET) e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.1.3.2. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como bens **comuns**, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.1.3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.1.3.4. O Edital e seus anexos (notadamente a Minuta da Ata de Registro de Preços) oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à execução e vigência da contratação.

1.2. Detalhamento dos Itens, Quantitativos e Custos

1.2.1. O objeto desta licitação é composto pelos seguintes itens, conforme especificações técnicas detalhadas na Seção 2 deste Termo e nos quantitativos e custos estimados apurados no Estudo Técnico Preliminar (SEI 1892081):

| GRUPO | Item | Descrição Resumida | CATSER | Unidade | Quantidade Prevista | Valor Máximo Aceito (Unitário) (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) | Intervalo Mínimo entre Lances (R\$) |
|-------|------|---|--------|---------|---------------------|--------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| 1 | 1 | Windows Server Datacenter (licença de núcleo) | 27464 | Licença | 688 | 1.807,88 | 1.243.821,44 | 1,00 |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-----------------------|---|-------|---------|------|-----------|---------------------|------|
| 2 | Licença Microsoft Windows Server per User CAL | 27464 | Licença | 1200 | 265,00 | 318.000,00 | 1,00 |
| 3 | RCAL de usuário Windows Server | 27464 | Licença | 80 | 909,19 | 72.735,20 | 1,00 |
| 4 | SQL Server Standard (Licença de Servidor + SA 3 anos) | 27464 | Licença | 2 | 30.461,00 | 60.922,00 | 1,00 |
| 5 | CAL de usuário SQL Server (+ SA 3 anos) | 27464 | Licença | 80 | 1.713,84 | 137.107,20 | 1,00 |
| Total Estimado | | | | | | 1.832.585,84 | |

1.2.2 Os valores máximos aceitáveis são os definidos na coluna "Valor Máximo Aceito (Unitário) (R\$)", que correspondem ao valor unitário estimado na pesquisa de preços, conforme ETP (item 5.2).

1.2.3 Os itens 1 a 5 estão agrupados no GRUPO 1, uma vez que a aquisição de todos os itens de licenciamento Microsoft de um único fornecedor (canal autorizado) é essencial para garantir a padronização tecnológica, a compatibilidade integral entre os produtos (Server, CALs e SQL) e, principalmente, para centralizar a gestão de todos os ativos de software em um único contrato e portal VLSC.

1.3. Do Sistema de Registro de Preços (SRP)

1.3.1. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, em conformidade com o art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

1.3.2. **Justificativa para Adoção do SRP:** A adoção do SRP justifica-se pela conveniência de permitir aquisições fracionadas dos itens, notadamente as licenças de Windows Server Datacenter (Item 1) e User CALs (Item 2). Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (SEI 1892081, item 8.4), o quantitativo total estimado (688 núcleos e 1200 CALs) prevê o crescimento futuro da infraestrutura de virtualização (clusters) e do quadro de usuários do Tribunal.

1.3.3. O SRP afigura-se como a estratégia mais eficiente, pois permite ao Tribunal adquirir os quantitativos iniciais necessários (conforme Nota de Empenho inicial) e, posteriormente, solicitar licenças adicionais de forma ágil, conforme a efetiva expansão dos clusters e a real necessidade administrativa, sem a necessidade de novo certame. Esta abordagem evita a aquisição imediata de licenças que ficariam ociosas, otimiza o dispêndio orçamentário e garante a padronização do ambiente tecnológico.

1.3.4. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

1.3.4.1 Durante a vigência da Ata, quando houver necessidade do TRE/MS dos materiais registrados, a empresa contratada será informada mediante e-mail e/ou Requisição de fornecimento, emitido pelo fiscal do contrato, juntamente com a Nota de Empenho.

1.3.4.2. Recebido o Ofício e/ou Requisição de fornecimento, a empresa vencedora deverá entregar os materiais (disponibilizar eletronicamente) no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, conforme detalhado na Seção 6.3 deste TR.

1.3.5. Como órgão gerenciador (TRE-MS), na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, será realizado procedimento público de intenção de registro de preços (IRP) para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na respectiva ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, nos termos do disposto no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023.

1.3.6. Cabe ainda ao órgão gerenciador aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços:

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

1.3.7. Será permitida, para os **Itens 1 a 5**, a participação de outros órgãos interessados (Órgãos Participantes), que manifestarem interesse durante o prazo da IRP.

1.3.7.1. A manifestação do interesse deverá ser realizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal.

1.3.7.2. Após a manifestação do interesse em ser órgão participante e respectiva confirmação, o órgão interessado deverá indicar a dotação orçamentária que utilizará para a despesa, bem como, deverá enviar o Estudo Técnico Preliminar para o endereço eletrônico slc@tre-ms.jus.br (para informações - Fone: (67) 2107.7092).

1.3.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, contemplando a totalidade do quantitativo registrado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. A solução consiste na aquisição de licenças de software perpétuas, do tipo Government (Gov), comercializadas por volume (como Open Value ou programa equivalente para o setor público), devendo ser fornecida a versão mais recente do produto disponível no momento da emissão da Nota de Empenho, garantido o direito de *downgrade* (uso de versões anteriores).

2.2. A entrega das licenças e do Software Assurance (SA) deve ser eletrônica, mediante registro e disponibilização no portal de gerenciamento de licenças por volume da Microsoft (VLSC - Volume Licensing Service Center) em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (CNPJ nº 05.884.708/0001-75).

2.3. Especificações Técnicas Detalhadas por Item:

2.3.1. Item 1: Windows Server Datacenter (licença de núcleo)

- **Descrição:** Licença perpétua Microsoft Windows Server Datacenter, versão mais atual (2025 ou superior).
- **Tipo de Licenciamento:** Baseado em Núcleo Físico (Per Core).
- **Formato:** Pacote de 2 (duas) licenças de núcleo **OU** Pacote de 16 (dezesseis) licenças de núcleo.
- **Direitos:** Inclui direitos irrestritos de virtualização (instâncias ilimitadas de OSEs - Operating System Environments).
- **Observação:** A quantidade total de 688 licenças de núcleo visa cobrir os servidores *hosts* de virtualização (cluster Hyper-V) atuais e a expansão futura prevista no ETP.

2.3.2. Item 2: Licença Microsoft Windows Server per User CAL

- **Descrição:** Licença de Acesso de Cliente (CAL - Client Access License) perpétua para Microsoft Windows Server, versão mais atual (2025 ou superior).
- **Tipo de Licenciamento:** Por Usuário (User CAL).
- **Direitos:** Concede a 1 (um) usuário o direito de acessar os serviços do Windows Server a partir de múltiplos dispositivos.

2.3.3. Item 3: RCAL de usuário Windows Server

- **Descrição:** Licença de Acesso de Cliente para Serviços de Área de Trabalho Remota (RDS CAL) perpétua, versão mais atual (2025 ou superior).
- **Tipo de Licenciamento:** Por Usuário (User CAL).
- **Direitos:** Concede a 1 (um) usuário o direito de acessar os Serviços de Área de Trabalho Remota (Remote Desktop Services) do Windows Server.
- **Observação:** Esta licença é adicional à CAL do Item 2.

2.3.4. Item 4: SQL Server Standard (Licença de Servidor + SA 3 anos)

- **Descrição:** Licença perpétua Microsoft SQL Server Standard Edition, versão mais atual (2022 ou superior).
- **Tipo de Licenciamento:** Servidor + CAL (Server/CAL).
- **Software Assurance (SA):** Deve incluir 36 (trinta e seis) meses de Software Assurance, contados a partir do registro no VLSC, garantindo direito a novas versões, suporte e benefícios associados.

2.3.5. Item 5: CAL de usuário SQL Server (+ SA 3 anos)

- **Descrição:** Licença de Acesso de Cliente (CAL) perpétua para Microsoft SQL Server, versão mais atual (2022 ou superior).
- **Tipo de Licenciamento:** Por Usuário (User CAL).
- **Software Assurance (SA):** Deve incluir 36 (trinta e seis) meses de Software Assurance, contados a partir do registro no VLSC.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade premente de modernizar e garantir a segurança da infraestrutura de servidores deste Tribunal, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (SEI 1892081).

3.2. **Fundamentação da Necessidade:** O parque de servidores do TRE-MS opera, em sua maioria, com o sistema operacional Windows Server 2012 R2. Este sistema teve seu suporte estendido (Extended Support) encerrado em outubro de 2023, passando a operar sob o programa *Extended Security Update* (ESU), que por sua vez se encerrará definitivamente em outubro de 2026. A permanência em sistemas operacionais sem suporte do fabricante expõe o Tribunal a riscos críticos de segurança (vulnerabilidades não corrigidas), instabilidade e incompatibilidade com sistemas modernos, notadamente os sistemas eleitorais desenvolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3. A aquisição visa atualizar o licenciamento do ambiente de virtualização (cluster VMWare), dos controladores de domínio (Active Directory) e dos servidores de arquivos, alinhando o Tribunal às melhores práticas de gestão de TI e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços jurisdicionais e administrativos.

3.4. As licenças de SQL Server (Itens 4 e 5) destinam-se a regularizar e atualizar os bancos de dados de sistemas administrativos internos, sendo o modelo Servidor/CAL o mais vantajoso para o cenário de poucos usuários destes sistemas específicos, conforme análise de custo-benefício do ETP (item 4.5). O Software Assurance garante a atualização tecnológica e o suporte técnico necessários para estes bancos de dados críticos.

3.5. **Alinhamento Estratégico:** A contratação está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e ao Planejamento Estratégico de TI (PETI) deste Tribunal, no que tange à modernização da infraestrutura tecnológica e à mitigação de riscos de segurança da informação.

3.6. **Justificativa para o Não Fracionamento do Objeto (em lotes):** Conforme ETP (item 8.2), embora a aquisição dos itens seja fracionada (via SRP), a *licitação* do objeto não será dividida em lotes. A aquisição de todos os itens de licenciamento Microsoft de um único fornecedor (canal autorizado) é essencial para garantir a padronização tecnológica, a compatibilidade integral entre os produtos (Server, CALs e SQL) e, principalmente, para centralizar a gestão de todos os ativos de software em um único contrato e portal VLSC. O fracionamento da licitação poderia resultar em dificuldades administrativas na gestão de múltiplos contratos de licenciamento e potenciais incompatibilidades de versões ou programas de aquisição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar integralmente o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, e nas demais legislações correlatas, bem como as condições deste Termo de Referência.

4.2. Requisitos de Fornecimento:

4.2.1. As licenças devem ser novas, perpétuas (com exceção do SA, que é por prazo determinado) e jamais utilizadas ou ativadas anteriormente.

4.2.2. A CONTRATADA deverá ser uma revendedora autorizada pela Microsoft para comercializar licenciamento por volume para o Setor Público (Government), devendo comprovar tal condição na fase de habilitação.

4.2.3. A CONTRATADA deverá efetuar o registro e a disponibilização de todas as licenças e do Software Assurance (quando aplicável) no portal Microsoft Volume Licensing Service Center (VLSC), utilizando o CNPJ do TRE-MS (05.884.708/0001-75), no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho.

4.2.4. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, licenças do tipo **OEM (Original Equipment Manufacturer)**.

4.2.4.1. **Justificativa:** As licenças OEM são atreladas permanentemente ao hardware físico no qual são primeiramente instaladas e não possuem direitos de portabilidade (transferência). Tal característica é incompatível com a gestão de um ambiente de servidores virtualizados (cluster) como o do TRE-MS, onde as licenças precisam ser gerenciadas de forma centralizada (via VLSC) e ser independentes de falhas ou substituições de hardware físico. A presente contratação exige licenças de Volume (Volume Licensing).

4.3. Requisitos de Software Assurance (Itens 4 e 5): 4.3.1. O Software Assurance (SA) terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, iniciando-se na data do registro no VLSC.

4.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer ao TRE-MS toda a documentação comprobatória da ativação e do período de vigência do SA.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1 A presente contratação adere aos princípios de sustentabilidade da Administração Pública, embora seu objeto seja a aquisição de bens de natureza intangível (software). Os critérios de sustentabilidade aplicáveis são:

a.

Sustentabilidade Ambiental: A solução a ser contratada será entregue exclusivamente por meio digital (*download* eletrônico). Será vedado o fornecimento de mídias físicas (CDs, DVDs), manuais impressos ou embalagens, eliminando a geração de resíduos sólidos e o impacto ambiental associado à produção e transporte desses materiais.

b.

Sustentabilidade Econômica: A escolha pelo modelo de licenciamento perpétuo em detrimento da assinatura recorrente representa uma decisão economicamente sustentável a longo prazo, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo a previsibilidade orçamentária. Além disso, a atualização tecnológica para versões mais eficientes de software pode resultar em um menor consumo de recursos computacionais (CPU, memória), contribuindo para a eficiência energética do datacenter.

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7 Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

4.8 Indicação de marca modelo

4.8.1. A indicação de produtos específicos da fabricante "Microsoft" (Windows Server, SQL Server e CALs) fundamenta-se na necessidade de **padronização e manutenção da infraestrutura tecnológica** existente neste Tribunal, em conformidade com o art. 41, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021.

4.8.2. Conforme detalhado no ETP (SEI 1892081, item 8.3), a infraestrutura de servidores do TRE-MS é dependente da plataforma Microsoft (Active Directory para autenticação, Windows Server como sistema operacional padrão e SQL Server para bancos de dados legados).

4.8.3. A aquisição de licenças de outra fabricante seria tecnicamente inviável, pois implicaria na substituição completa de toda a infraestrutura de TI (servidores, sistemas de autenticação, virtualização) e dos sistemas aplicativos dela dependentes, incluindo aqueles desenvolvidos e mantidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que também utiliza a plataforma Microsoft.

4.8.4. Desta forma, a indicação da marca é a única alternativa capaz de garantir a compatibilidade, a interoperabilidade e a continuidade dos serviços essenciais da Justiça Eleitoral, evitando custos exorbitantes de migração, reimplementação de serviços e treinamento baseada n técnico de equipes.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Obrigações da CONTRATANTE (TRE-MS):

- a) Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência
- b) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- e) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- h) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- i) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- j) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- k) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- l) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- m) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. Obrigações da CONTRATADA (Fornecedor):

- a) Realizar o fornecimento do material decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;
- b) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do objeto. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros
- c) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- d) manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- e) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- f) Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega do material, na forma disposta neste Termo de Referência.
- g) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- h) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
- i) Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os

procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contato com a fiscalização para disponibilização da solução da contratada deverá ocorrer no horário das 12:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107- 7119 (Robson Kobayashi ou Clodoaldo Fonseca).

6.1.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da NE, para comprovar a disponibilização eletrônica da totalidade dos itens solicitados (licenças e SA) no portal Microsoft VLSC do TRE-MS, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. A vigência do Software Assurance (Itens 4 e 5) será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de seu registro efetivo no portal VLSC.

6.4. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as

garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão realizados após a entrega total dos itens constantes na Nota de Empenho e a respectiva aceitação.

8.2. **Do Recebimento Provisório:** Por se tratar de entrega eletrônica de ativos intangíveis (software), não se aplica o Recebimento Provisório.

8.3. **Do Recebimento Definitivo:** O Recebimento Definitivo será atestado pelo Fiscal Técnico em até **10 (dez) dias úteis** após a comunicação oficial da CONTRATADA (via e-mail) de que as licenças foram disponibilizadas.

8.4. O Recebimento Definitivo ocorrerá mediante a verificação positiva dos seguintes critérios cumulativos:

8.4.1. As licenças (Itens 1, 2, 3, 4, 5) estão corretamente registradas em nome do TRE-MS (CNPJ 05.884.708/0001-75) no portal Microsoft VLSC.

8.4.2. Os quantitativos, tipos (Datacenter, User CAL, Server, etc.) e versões estão em conformidade com o solicitado na NE.

8.4.3. O Software Assurance (Itens 4 e 5) está ativo e com o período de vigência de 36 (trinta e seis) meses iniciado.

8.5. O ateste do Recebimento Definitivo pelo Fiscal Técnico é condição indispensável para a liquidação e o pagamento da Nota Fiscal.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, mediante Sistema de Registro de Preços.

11.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

11.3. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.5. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca/modelo e SKU, ou equivalente, do produto ofertado.

11.5.1. Caso não seja informada a marca/modelo e SKU, ou equivalente, do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações necessárias.

11.5.2. Caso seja necessário para análise do produto ofertado, o Pregoeiro poderá convocar a empresa para que indique sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado, ou ainda, convocar para que envie catálogo ou folder do produto que contenha as características do produto ofertado;

11.5.3. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

11.5.4. A convocação para indicação de marca/modelo e/ou para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) será de 2 (duas) horas, IMPRORROGÁVEL.

11.6. Após esta análise preliminar, estando o produto, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

11.6.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso a licença não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

12.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

12.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

12.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

12.5. Apresentar comprovação de que a empresa licitante é parceira autorizada pela Microsoft a operar contratos do tipo MPSA (Microsoft Products and Services Agreement), classificadas como LSP (Licensing Solution Providers) e GP (Government Partners).

13. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata (12 meses).

13.2. Na eventualidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços, independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE, pelo contratante.

13.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.6. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.7. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.832.585,84 (Um milhão, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Geral da União em favor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

15.2. A dotação orçamentária indicada para cobrir as despesas é:

- **Ação:** SEG INFO - **21EE - Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral, Programa de Trabalho**
- **PTRES:** 214048
- **Programa:** **02.122.0033.21EE.0001**
- **Natureza da Despesa (ND):** 4.4.90.40-05 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica)
- **Plano Interno:** INV SOFTWR

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As disposições quanto às infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Campo Grande, MS.

Ulysses Almeida Neto
Integrante Demandante

Clodoaldo Campos da Fonseca
Integrante Técnico

Graziela Gonçalves Silva Jurado
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 17/11/2025, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1951096** e o código CRC **7189D5E7**.



0001832-14.2025.6.12.8000

1951096v3